

S.R. DA ECONOMIA

Portaria Nº 46/2002 de 6 de Junho

Considerando que o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, estabelece que nos aeroportos e aeródromos são proibidas, a partir de 14 de Maio de 2002, as aterragens e descolagens de aeronaves civis entre as 0 e as 6 horas, salvo por motivo de força maior;

Considerando que no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento Geral do Ruído se prevê que, em situações de reconhecido interesse público, a proibição possa não ser aplicável a aeroportos e aeródromos em que se encontre instalado e em funcionamento, um sistema de monitorização do ruído;

Considerando a particular situação geográfica da Região Autónoma dos Açores, o facto dos seus aeroportos servirem de escala técnica e a circunstância de frequentemente condições atmosféricas adversas atrasarem ou impossibilitarem o cumprimento dos horários programados, o encerramento nocturno dos aeroportos “João Paulo II”, em Ponta Delgada, das Lajes, na Terceira e de “Santa Maria” seria profundamente prejudicial ao desenvolvimento económico e social da Região e causaria graves inconvenientes aos passageiros e sobrecustos às operadoras aéreas.

Considerando que a ANA, Aeroportos de Portugal, SA, entidade responsável pela gestão dos aeroportos “João Paulo II”, em Ponta Delgada, e de “Santa Maria”, tem em curso o Processo de Consulta para fornecimento dos sistemas de monitorização do ruído a instalar nos referidos aeroportos, estando já em fase de adjudicação, o que permite prever a entrada em funcionamento destes num curto período de tempo;

Considerando que, uma vez instalados e em funcionamento, os sistemas de monitorização do ruído nos referidos aeroportos estão reunidos os requisitos que permitem autorizar o tráfego nocturno nestes, por motivos de reconhecido interesse público;

Considerando que de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, e com as competências e atribuições nos domínios da economia, dos transportes e do ambiente, são competentes para autorizar o tráfego nocturno nos referidos aeroportos da Região Autónoma dos Açores, os membros do Governo Regional que tutelam os referidos sectores, conjuntamente, por portaria;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 2.º e do Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, e nos n.º 2 e 4 do artigo 17.º do Regulamento Geral do Ruído anexo a este diploma, manda o Governo Regional dos Açores, pelos Secretários Regionais da Economia e do Ambiente, o seguinte:

1. No aeroporto “João Paulo II”, em Ponta Delgada, no aeroporto das Lajes, na Terceira e no aeroporto de “Santa Maria” é autorizado o tráfego aéreo nocturno, entre as 0 e as 6 horas (horas locais) de

aeronaves civis, nas condições estabelecidas na presente portaria, nomeadamente nos seguintes casos:

- a) Situações de força maior e de emergência;
 - b) Escalas Técnicas;
 - c) Atrasos nas chegadas e ou nas partidas de voos programados;
 - d) Necessidade de escoamento de tráfego acumulado em consequência de interrupção temporária das operações por motivos de força maior ou por razões inerentes ao aeroporto ou às operadoras aéreas;
 - e) Voos extraordinários e programas de voos sazonais para fazer face ao acréscimo de tráfego, nos eventos especiais, nas épocas correspondentes às festividades tradicionais e no período de Verão.
2. O número máximo de movimentos aéreos diários permitidos entre as 0 e as 6 horas é de quatro e o número máximo de movimentos por semana é de doze.
 3. As aeronaves autorizadas a operar no período entre as 0 e as 6 horas deverão obedecer às seguintes características técnicas: certificação acústica segundo os requisitos ICAO, de acordo com o Anexo 16, Volume I, Capítulo 3.
 4. As operações previstas nos números anteriores dependem, em cada caso, da prévia aprovação da entidade gestora do respectivo aeroporto.
 5. A presente portaria produz efeitos a partir da data em que estiverem instalados, e em funcionamento, os sistemas de monitorização do ruído, nos aeroportos “João Paulo II”, em Ponta Delgada, das Lajes, na Terceira e no de “Santa Maria”.
 6. A presente portaria vigorará até 31 de Outubro de 2003, podendo o regime nela estabelecido vir a ser prorrogado após redefinição dos movimentos a autorizar a partir dessa data.

Secretarias Regionais da Economia e do Ambiente.

Assinada em 7 de Maio de 2002 - O Secretário Regional da Economia, *Duarte José Botelho da Ponte*. -
O Secretário Regional do Ambiente, *Helder Guerreiro Marques da Silva*.